

EMENTA	
Área temática	I - Fundamentos em segurança pública
Disciplina	3 - Cultura, cotidiano e prática reflexiva
Módulo	a - Direitos humanos
Código	I.3.a
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo a capacidade do servidor policial civil de atuar em consonância com os valores e normas referentes à temática dos direitos humanos.</p>	
Carga horária recomendada: 20 horas	
<p>Descrição</p> <p>Falar sobre Direitos Humanos, e sua relação com a segurança pública e Polícia Civil, é essencial para a formação dos profissionais que atuam na área. Ao se observar o histórico do desenvolvimento da formação policial brasileira são perceptíveis abusos e excessos cometidos pelos policiais contra as pessoas.</p> <p>A proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana busca limitar as ações e controlar possíveis abusos cometidos pelo Estado, do qual as polícias são seu braço de força.</p> <p>Apesar dos princípios regentes dos direitos humanos terem existido ao longo da história, somente no século XX a comunidade internacional tornou-se consciente da necessidade de se padronizar minimamente o tratamento dado às pessoas pelo Estado. A princípio, as declarações não possuíam caráter vinculativo, mas passaram a assumir a forma de tratados internacionais com o objetivo de obrigar os países signatários a cumprirem as normas estabelecidas. Atualmente, as ideias estão cristalizadas em forma de tratados e instrumentos internacionais e também nacionais.</p> <p>Nesse contexto, o direito internacional tem sido utilizado para qualificar e dar robustez à proteção dos direitos consagrados - vida, saúde e a dignidade dos indivíduos. Os Estados, ao assumirem obrigações no âmbito da comunidade internacional, concordam em cumprir as obrigações, assegurando que os governos e as leis possibilitarão o cumprimento dessas obrigações.</p> <p>Os encarregados em aplicar as leis devem estar familiarizados e compreender como os direitos humanos afetam o seu desempenho e as consequências das obrigações do Estado perante o direito internacional.</p> <p>Para que os direitos humanos sejam vigentes, o Estado de Direito e a democracia devem ser seus pilares fundamentais, tornando esses conceitos indissolúveis e interdependentes.</p> <p>A partir dessa compreensão, os agentes de segurança pública podem legitimamente restringir os direitos dos indivíduos, mas por outro lado, devem contribuir na construção de ambientes onde as pessoas se sintam livres e seguras.</p> <p>À disposição desses servidores estão os poderes de prisão, de detenção, de uso de força e armas de fogo, meios muito potentes para fazer valer a aplicação das leis. Por isso, ao mesmo tempo que contam com alta eficácia, podem representar uma ameaça à sociedade ao serem utilizados de forma inadequada. Preconceitos, obtenção de provas por meios ilícitos, pressão para obter testemunhos e depoimentos são alguns exemplos de violações aos direitos e às liberdades individuais observados na prática policial ao longo dos anos.</p> <p>Para reforçar a noção de Estado Democrático de Direito, a área policial deve ser a primeira linha de defesa dos direitos fundamentais. Isso exige alto padrão de moralidade e ética por parte dos policiais, pois a atuação individual corrobora o</p>	

resultado coletivo e influencia diretamente na imagem da corporação e do poder público junto às pessoas.

Conscientes da importância de atuação fundamentadas nos preceitos legais e éticos e do poder conferido ao Estado, as instituições devem prestar contas à sociedade de suas ações e também devem exercer controle sobre a atividade policial, adotando medidas de sanção caso seja constatado abuso de poder cometido por servidores policiais

Objetivo

Criar condições para que o policial civil possa:

- ampliar conhecimentos para compreender o tema direitos humanos como instrumento de amparo à sua atuação profissional;
- desenvolver e exercitar habilidades para aplicar no cotidiano profissional os valores, normas e práticas sobre direitos humanos;
- fortalecer atitudes para refletir sobre a dimensão do papel da profissão policial civil numa sociedade democrática, reconhecendo-se como a frente do Estado para o respeito e a proteção dos direitos humanos e fundamentais das pessoas.

Conteúdo Programático

1. Direitos humanos

1.1 O que são os direitos humanos

1.1.1 Teorias sobre os direitos humanos

1.2 Caminhar histórico sobre os direitos humanos

1.2.1 Cilindro de Ciro

1.2.2 Lei das Doze Tábuas

1.2.3 Carta Magna da Inglaterra (1215)

1.2.4 Declaração de Direitos (Bill of Rights) na Inglaterra (1689)

1.2.5 Declaração de Independência dos EUA(1776)

1.2.6 Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)

1.2.7 Carta das Nações Unidas

1.2.8 Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) 1948

1.2.9 Tratados internacionais

1.2.9.1 Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1966

1.2.9.2 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966

1.2.9.3 Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1966

1.2.9.4 Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979

1.2.9.5 Convenção contra a Tortura, 1984

1.2.9.6 Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989

1.2.9.7 Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência, 2006

1.2.9.8 Convenção para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, 2007

2. Direitos humanos no Brasil

2.1 Histórico dos direitos humanos no Brasil

2.1.1 Período colonial e Brasil Império

2.1.2 Brasil República

2.1.3 Ditadura Militar

2.1.4 Redemocratização

2.2 Aplicação do Sistema Internacional de direitos humanos no Brasil

<p>3. Estado, democracia e direitos humanos</p> <p>3.1 Poder e violência</p> <p>3.2 Diálogo entre os conceitos de Estado, democracia e direitos humanos</p> <p>3.2.1 O papel do Estado na proteção dos direitos</p> <p>3.3 As instituições policiais e os direitos humanos</p> <p>3.3.1 Premissas e poderes básicos na aplicação da lei</p> <p>3.3.2 Responsabilidades da atividade policial</p> <p>3.4 Controle sobre a atividade policial e controle de convencionalidade</p>
<p>Bibliografia indicada</p> <p>BRASIL. Filosofia dos Direitos Humanos aplicada à atuação policial. SENASP. Brasília-DF. CITADDINO, Monique; SILVEIRA, Rosa M. Direitos Humanos no Brasil em uma perspectiva histórica. In: TOSI, Giuseppe, Direitos humanos: História, teoria e prática. João Pessoa: Editora UFPB, 2005, p. 135-164.</p> <p>COMPARATO, Fábio K. Direitos Humanos no Brasil: o passado e o futuro. Revista USP. São Paulo, nº 43, p. 168-175, set/nov. 1999.</p> <p>DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.</p> <p>ONU - Organização das Nações Unidas. Site brasileiro. Disponível em <https://brasil.un.org/></p>
<p>Estratégias de ensino e aprendizagem</p> <p>As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.</p>
<p>Avaliação de Aprendizagem</p> <p>A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. _____ . Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública. SENASP. 2014. Brasília-DF.</p> <p>BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.</p> <p>CITADDINO, Monique; SILVEIRA, Rosa M. Direitos Humanos no Brasil em uma perspectiva histórica. In: TOSI, Giuseppe, Direitos humanos: História, teoria e prática. João Pessoa: Editora UFPB, 2005, p. 135-164.</p> <p>COMPARATO, Fábio K. Direitos Humanos no Brasil: o passado e o futuro. Revista USP. São Paulo, nº 43, p. 168-175, set/nov. 1999.</p> <p>DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.</p> <p>FREITAS, Fábio F.B. A questão democrática e os direitos humanos: encontros, desencontros e um caminho. In: TOSI, Giuseppe, Direitos humanos: História, teoria e prática. João Pessoa: Editora UFPB, 2005, p. 105-135.</p> <p>INSTITUTO MATTOS FILHO. Politize, 2021. Projeto Equidade. Disponível em <https://www.politize.com.br/equidade>. Acesso em 30 set 2021.</p> <p>MESQUITA NETO, Paulo; PINHEIRO, Paulo S. Direitos Humanos: Perspectivas no final do século. In: Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo, Pesquisas, n. 11, 1998.</p> <p>NEVES, Paulo Sérgio da Costa et al. Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos 2002 Disponível em</p>

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/480/GAJOP_policia_democracia_desafios_educa%E7%E3o_direitos_humanos.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 set 2021

PASSOS, Tiago. Direitos Humanos no Brasil: Quadro Atual, Avanços e Retrocessos. Revista Uniso, Sorocaba – SP, vol. 35, nº 1, p. 83-105, jun. 2009.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. 1948. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>

ONU - Organização das Nações Unidas. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1966. Disponível em <<https://www.cne.pt/content/onu-pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos>>. Acesso em 30 set 2021

ONU - Organização das Nações Unidas Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966.

Disponível em<

http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em 30 set 2021

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1966. Disponível em

<<https://www.ufrgs.br/comitecontraintolerancia/wp-content/uploads/2019/08/139390por-1.pdf>>. Acesso em 30 set 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>>. Acesso em 30 set 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção contra a Tortura, 1984. Disponível em

<

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/degdant.htm>>. Acesso em 30 set 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em 30 set 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. 1990.

Disponível em <<http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf>> Acesso em 30 set 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Direitos humanos e aplicação da lei: manual de formação em direitos humanos para as forças policiais. Série de formação profissional nº 05. Alto comissariado das nações unidas para os direitos humanos. Genebra, 2001.

Disponível em

<http://www.conseg.pr.gov.br/sites/conseg/arquivos_restritos/files/migrados/File/manual_direitos_humanos.pdf>. Acesso em 28 set 2021

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. 2006. Disponível em

<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/desaparec/lex71.htm>>. Acesso em 30 set 2021

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência, 2007. Disponível em

<

http://www.mpggo.mp.br/portaWeb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf> Acesso em 30 set 2021.